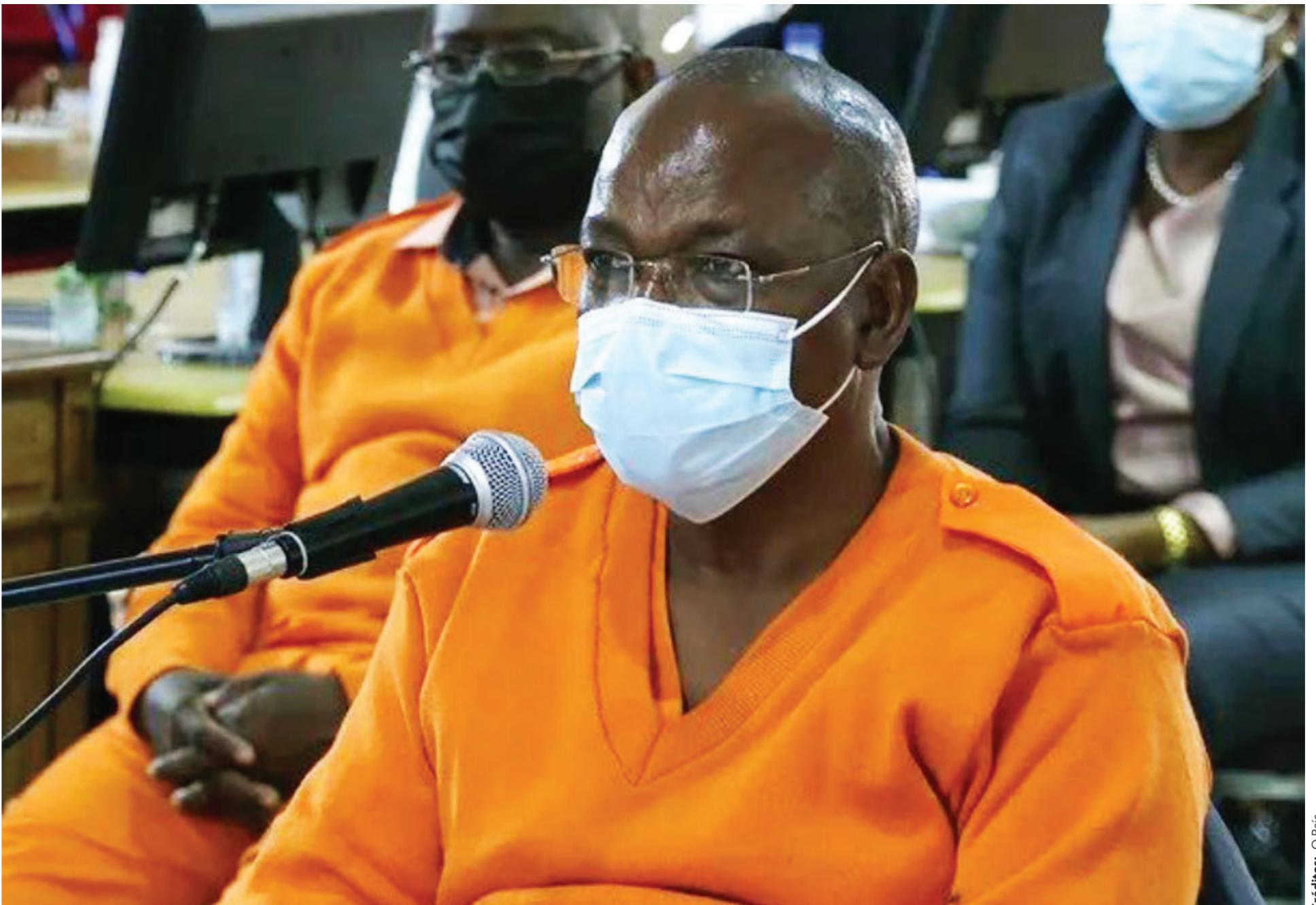


24º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

Gregório Leão diz que não houve falhas no projecto de protecção da zona económica exclusiva de Moçambique

- No quarto e último dia da sua audição, o antigo Director-geral do Serviço de Informação e Segurança de Estado (SISE) voltou a afirmar que não sabe porquê razão está detido há mais de dois anos e negou que o projecto de Sistema Integrado de Monitoria e Protecção da Zona Económica Exclusiva de Moçambique (SIMP) tenha falhado. A protecção da zona económica exclusiva de Moçambique contra várias ameaças identificadas pelas Forças de Defesa e Segurança, como migração ilegal, pirataria, terrorismo e pesca ilegal, foi a principal razão que levou à criação das empresas de natureza militar e paramilitar, nomeadamente ProIndicus, EMATUM e MAM, e à contratação dos empréstimos ilegais com garantias de Estado no valor total de dois (2) mil milhões de dólares.



Respondendo às perguntas da defesa, o réu insistiu afirmando que os empréstimos concedidos às três (3) empresas ligadas às Forças de Defesa e Segurança foram usados para os propósitos pretendidos. “Havia um projecto e, nas várias fases da sua execução, o dinheiro foi utilizado para esse projecto. Nada deu errado e não sei porquê estou preso”, disse. O réu acrescentou que todos os equipamentos foram entregues às entidades responsáveis pela sua utilização e remeteu para o réu António Carlos do Rosário mais detalhes sobre o assunto. Alguns equipamentos comprados com o dinheiro das “dívidas ocultas”, nomeadamente os barcos de pesca de atum da EMATUM e as lanchas de vigilância e intersecção da ProIndicus estão praticamente abandonados no Porto de Pesca de Maputo e na Base naval de Pemba.

Desde o primeiro dia da sua audição, segunda-feira, o antigo Director-geral do SISE sempre se queixou de ser o único membro do Comando Conjunto detido em conexão com as “dívidas ocultas”. “No Comando Conjunto e no Comando Operativo temos hierarquias. Mas eu estou aqui sozinho. Os assuntos sobre a criação das empresas eram fechados, havia compartimentação da informação. Houve fuga de informação e quem está aqui a responder sou eu. Devia estar a responder o antigo Ministro da Defesa Nacional, Filipe Nyusi, e o antigo Ministro do Interior, Alberto Mondlane. Eles também faziam parte do Comando Conjunto”. O Comando Conjunto é o órgão que deliberou pela implementação do projecto de protecção da zona económica exclusiva de Moçambique e à data dos factos era chefiado por Filipe Nyusi, na sua capacidade de Ministro da Defesa Nacional.

Na quinta-feira, o juiz Efigénio Baptista explicou ao réu Gregório Leão a razão de ser o único membro do Comando Conjunto que está a ser julgado. “Está aqui quem tem relação com o dinheiro da Prinvest. Quem não tem relação com o dinheiro da Prinvest não está aqui. Nos autos tem rastreio de contas de toda a família Guebuza. Nas contas do Presidente Guebuza não tem nem uma transferência da Prinvest, nas contas da esposa não tem nem uma transferência da Prinvest. Nas contas da filha, infelizmente falecida, e do outro filho do Presidente Guebuza, acho que é Mussumbuluco, não têm transferências da



Prinvest. Então, não se escolheu Ndambi Guebuza para estar aqui. Houve transferências da Prinvest no seu interesse e ele confirmou que recebeu dinheiro”.

Em relação ao antigo Ministro da Defesa Nacional, o juiz disse que não há indícios de ter recebido dinheiro do grupo Prinvest e pediu a quem tiver informação contrária para apresentar à PGR. “O Presidente Nyusi, idem, não tem nada no processo que indica que recebeu dinheiro da Prinvest. Na conta de Alberto Mondlane também não tem nenhum indício. Se alguém tem prova de que o Presidente Nyusi recebeu dinheiro da Prinvest, pode ir entregar à PGR. Os outros membros do Comando Conjunto não estão aqui porque não há indícios de que eles receberam dinheiro da Prinvest. Esta é a razão, nos termos dos autos”.

O réu Gregório Leão reagiu afirmando que ele também não recebeu dinheiro do grupo Prinvest nas suas contas. Mas o juiz lembrou ao réu que a sua esposa, a ré Ângela Leão, trocava emails com Prinvest sobre transferências de dinheiro para a conta da M Moçambique Construções, a empresa do réu Fabião Mabunda. “Na sua conta não foi encontrado dinheiro, mas o Ministério Público, nos termos da acusação, acredita que os 387 milhões que Fabião Mabunda rece-

beu através da sua empresa M Moçambique Construções era do seu interesse. Antes do senhor Mabunda receber o dinheiro, há indícios de que a sua mulher, ré nos presentes autos, já sabia que ele iria receber. E a sua mulher não tinha relação com a Prinvest. Quem tinha relação é o senhor. Daí que, nos termos da acusação, a sua mulher foi testada-de-ferro. A sua mulher está aqui porque recebeu bordereaux da Prinvest e instruiu o réu Fabião Mabunda como gastar os mais de 387 milhões de meticais recebidos”.

Apesar de o juiz Efigénio Baptista firmar que a PRG não encontrou indícios de recebimento de dinheiro nas contas de Filipe Nyusi, seu nome foi citado como tendo recebido um milhão de dólares da Prinvest para apoiar a sua campanha eleitoral nas presidenciais de 2014. “Nuy é o actual Presidente de Moçambique, Filipe Jacinto Nyusi. Pagamos-lhe um milhão de dólares como contribuição para a sua campanha eleitoral. Acho que era em Maio de 2014, por essa altura já sabíamos qual era a dimensão dos projetos em Moçambique. Era, também, a campanha do futuro Presidente Filipe Nyusi, para a qual contribuimos”¹ disse Jean Boustani, gestor do grupo Prinvest, durante o julgamento nos Estados Unidos da América, em Novembro de 2019.

¹ <https://www.voaportugues.com/a/d%C3%ADvidas-ocultas-filipe-nyusi-recebeu-um-milh%C3%A3o-de-d%C3%B3lares-diz-jean-boustani/5174964.html>



INFORMAÇÃO EDITORIAL:

Propriedade: CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento
Director: Prof. Adriano Nuvunga
Editor: Emídio Beula
Autor: Emídio Beula
Equipa Técnica: Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana e Betuel Chau
Layout: CDD

Contacto:
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.
 Telefone: +258 21 085 797

CDD_moz
E-mail: info@cddmoz.org
Website: http://www.cddmoz.org

PARCEIRO PROGRAMÁTICO



PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

